



## Câmara Municipal de Munhoz de Mello

CÂMARA MUNICIPAL DE MUNHOZ DE MELLO  
CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2024  
EDITAL Nº 010/2024

### ANEXO II - RESULTADO DOS RECURSOS INTERPOSTOS QUANTO AO GABARITO PRELIMINAR DAS PROVAS OBJETIVAS LISTA POR QUESTÃO

CARGO	NÚMERO QUESTÃO	DISCIPLINA	RESPOSTA AO PEDIDO	RESULTADO	JUSTIFICATIVA DO RESULTADO
AGENTE DE APOIO LEGISLATIVO E ADMINISTRATIVO	20	MATEMÁTICA	DEFERIDO	QUESTÃO ANULADA	Pedido deferido, questão ANULADA, a questão não apresenta alternativa correta.
ADVOGADO	32	CONHECIMENTOS ESPECIFICOS	INDEFERIDO	QUESTÃO MANTIDA	Esclarecemos que a alternativa "a" está incorreta, porque a fiscalização do Município, mediante controle externo, será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado e não será exercida pelo próprio TCE, que apenas auxilia (CF/88, Art. 31). A alternativa "b" está correta, conforme Art. 31, §2º, da CF/88. A alternativa "c" está incorreta, porque o que a CF/88 veda é a criação de Tribunais de Contas Municipais e não a criação de Tribunais de Contas dos Municípios. Estes últimos são órgãos estaduais e não municipais. Já decidiu o STF que: "A Constituição da República impede que os Municípios criem os seus próprios Tribunais, Conselhos ou órgãos de contas municipais (CF, art. 31, § 4º), mas permite que os Estados-membros, mediante autônoma deliberação, instituem órgão estadual denominado Conselho ou Tribunal de Contas dos Municípios (RTJ 135/457, Rel. Min. OCTAVIO GALLOTTI - ADI 445/DF, Rel. Min. NÉRI DA SILVEIRA), incumbido de auxiliar as Câmaras Municipais no exercício de seu poder de controle externo (CF, art. 31, § 1º). ADI 687."
ADVOGADO	34	CONHECIMENTOS ESPECIFICOS	INDEFERIDO	QUESTÃO MANTIDA	O enunciado solicitada para o candidato assinalar a alternativa INCORRETA. A alternativa "c", gabarito da questão, está incorreta, porque conforme o Art. 183 da CF/88 a área a ser adquirida deverá ser de até 250 metros quadrados. Além disso, haverá a aquisição do domínio e não da propriedade.

ADVOGADO	40	CONHECIMENTOS ESPECIFICOS	INDEFERIDO	QUESTÃO MANTIDA	As alternativas "a", "b" e "d" estão incorretas porque indicam títulos executivos judiciais, conforme os incisos IV, VII e V do Art. 515 do CPC. Por outro lado, a alternativa "c", gabarito da questão, está correta porque apresenta um título executivo extrajudicial, conforme inc. XI do Art. 784 do CPC.
ADVOGADO	42	CONHECIMENTOS ESPECIFICOS	INDEFERIDO	QUESTÃO MANTIDA	A alternativa "b" está correta, porque reproduz com exatidão o Art. 40 da Lei 6.830/80.
ADVOGADO	45	CONHECIMENTOS ESPECIFICOS	INDEFERIDO	QUESTÃO MANTIDA	A alternativa "c", gabarito da questão, está correta porque em total consonância com o Art. 3º, inc. I, do Dec.-Lei 3.365/1941.
ADVOGADO	46	CONHECIMENTOS ESPECIFICOS	INDEFERIDO	QUESTÃO MANTIDA	A alternativa "c" está correta, conforme §5º do Art. 21 da Lei de Improbidade Administrativa, incluído pela Lei 14.230/2021. A alternativa "d" está incorreta porque o Presidente da República não está sujeito ao duplo regime sancionatório. Cite-se, como exemplo, o seguinte julgado do STJ: ADMINISTRATIVO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. PREFEITO MUNICIPAL. DUPLO REGIME SANCIONATÓRIO DOS AGENTES POLÍTICOS: LEGITIMIDADE. PRECEDENTES.1. A jurisprudência assentada no STJ, inclusive por sua Corte Especial, é no sentido de que, "excetuada a hipótese de atos de improbidade praticados pelo Presidente da República (art. 85, V), cujo julgamento se dá em regime especial pelo Senado Federal (art. 86), não há norma constitucional alguma que imunize os agentes políticos, sujeitos a crime de responsabilidade, de qualquer das sanções por ato de improbidade previstas no art. 37, § 4º. Seria incompatível com a Constituição eventual preceito normativo infraconstitucional que impusesse imunidade dessa natureza" (Rcl 2.790/SC, DJe de 04/03/2010). (...) STJ. 1ª Turma. AgRg no REsp 1099900/MG, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, julgado em 16/11/2010.
AGENTE DE APOIO LEGISLATIVO E ADMINISTRATIVO	4	LÍNGUA PORTUGUESA	INDEFERIDO	QUESTÃO MANTIDA	Na alternativa B, a crase está incorreta porque a preposição "a" não é necessária antes de "nova fábrica". A forma correta seria "na construção da nova fábrica", pois o substantivo "construir" exige a preposição "de" antes do seu complemento nominal.

AGENTE DE APOIO LEGISLATIVO E ADMINISTRATIVO	35	CONHECIMENTOS ESPECIFICOS	INDEFERIDO	QUESTÃO MANTIDA	A resposta correta é a letra C, pois não é recomendado colocar muito texto em slides, pois isso dificulta a leitura, gera distração e diminui o impacto visual, conforme sugerido na alternativa B. Slides devem destacar pontos-chave, com apoio de elementos visuais. O conteúdo detalhado deve ser explicado pelo apresentador para manter o ritmo e a atenção do público. Reitero que como boa prática usar cores de fundo e texto que contrastem fortemente melhora a legibilidade e facilita a compreensão do conteúdo pelos espectadores. No contexto do serviço público, é essencial que as apresentações sejam claras e acessíveis para todos os públicos. Boas práticas de design recomendam um uso equilibrado de animações e transições, limitar a quantidade de texto e dados em cada slide, e apresentar informações de maneira clara e concisa. Atkinson, C. (2007). Beyond Bullet Points: Using Microsoft® Office PowerPoint® 2007 to Create Presentations That Inform, Motivate, and Inspire. Microsoft Press.
CONTADOR	44	CONHECIMENTOS ESPECIFICOS	INDEFERIDO	QUESTÃO MANTIDA	Em resposta ao recurso para esta questão, o pedido é indeferido. A questão não será anulada devido a alternativa (D) estar correta conforme estabelecido no Art. 75, caput, inciso I. Dentre as alternativas apresentadas, o único valor que está dentro do limite estabelecido pela LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 e Decreto nº 11.871, de 2023 é a alternativa (D). Faz-se necessário o conhecimento dos limites estabelecidos em Lei e decreto e análise das alternativas apresentadas para que o candidato possa interpretar a questão.